

INSTRUMENTO DE PESQUISA DO ARQUIVO DO FÓRUM DA COMARCA DE MARINGÁ.

Evandir Codato – UEM

Por sistema de informação tem se entendido a organização de procedimentos para o recolhimento, o processamento, o armazenamento, o arquivamento e a busca da informação para satisfazer diferentes funções ou necessidades (Harrod's librarians'glossary). O termo informação procura servir o propósito de "a tornar compreensível no contexto de sistemas específicos" e com a propriedade de registrar os dados selecionados, obtidos ou produzidos. A participação num Sistema requisita a organização do serviço de tratamento da informação documental. O Laboratório de Tratamento da Informação – LATIN – realiza suas atividades a partir do uso de metodologias específicas da Área da Ciência da Informação. Os projetos apresentam como núcleo comum de discussão teórico-metodológica, os arquivos e a memória social e se colocam ao debate acadêmico com outras disciplinas do conhecimento para em conjunto elaborarem e organizarem as questões de interesse na circulação e disseminação da informação junto à comunidade de usuários. O projeto aqui divulgado *Tipologia documental dos processos do poder judiciário* elaborou análise diplomática e arquivística, descrição e catálogo dos processos crimes do Arquivo do Fórum da Comarca de Maringá, dos anos cinquenta a setenta e tendo por objetivos oferecer condições do exercício de pesquisa aos estudantes de arquivística e a elaboração de instrumento de pesquisa. Segundo os autores de *Arquivística; teoria e prática de uma ciência da informação*,¹ o termo informação tem recebido definições variadas que ressaltam idéias, uma delas, de que é quase sinônimo de fato. É algo que se pode utilizar; é matéria prima para o conhecimento; pode ser trocada e recebida; exerce efeito sobre o receptor; é utilizada nos momentos de tomadas de decisão; pode ser registrada em diferentes suportes; etc. Variados são os seus usos: política da informação, transferência da informação, gestão da informação, tratamento da informação, pesquisa da informação, difusão da informação, redes de informação, teoria da informação, ciência da informação. Na acepção de que é sinônimo de dados do conhecimento registrado, do registro da atividade humana tem sido designada por informação documental. Sua definição mais usual é de que é "um conjunto de dados organizadamente registrados em papel ou outro meio e com capacidade de comunicação" (Harrod's librarians'glossary). É nesse sentido que constitui o objeto de interesse dos cientistas da informação, mesmo que atribuídos a campos científicos específicos. "Adquirir, armazenar e recuperar informação são, em stricto sensu, as três funções fundamentais dos sistemas e serviços relacionados com o tratamento da informação, designadamente as Bibliotecas,

Centros de Documentação ou Serviços de Informação e os Arquivos”. O termo informação procura servir o propósito de “a tornar compreensível no contexto de sistemas específicos” e com a propriedade de registrar os dados selecionados, obtidos ou produzidos. Talvez seja mais importante dar um conceito ao termo informação e desse modo elaborar uma imagem da realidade para que seja possível analisar e classificar a informação que recebemos: “classificar, relacionar, generalizar, abstrair são operações que resultam da junção do código lingüístico com a conceituação. Essas operações também só são possíveis devido à capacidade que as pessoas têm de armazenar os conceitos e respectivos signos – e têm de o fazer para poderem comunicar – isto é, a capacidade de memorização”². A criação de “memória” implica procedimentos de controle da informação, de criação de meios de acesso e de desenvolvimento de dispositivos que acionam a recuperação da informação armazenada. Associado a isso o desenvolvimento tecnológico realizou variadas operações hoje genericamente designadas por ciência da informação³. Alguns autores passaram a considerar que a transferência da informação é uma parte inseparável da investigação e do desenvolvimento, o que exige mais meios e maior sofisticação dos sistemas e dos dispositivos relacionados com o seu armazenamento e processamento. Disso decorrem as preocupações de fundamentação teórica e de definição adequada para ciência da informação. As discussões voltam-se muito mais para situar a informação como objeto de conhecimento. Mas, que tipo de objeto? Trata-se de apresentá-la como “um fenômeno inscrito na realidade humana e social, e desse modo, abarcando um leque vasto de facetas, como a político-administrativa, a cultural, a científica, etc., não se fixando em nenhuma delas em particular”⁴. É inegável que há uma base comum às chamadas ciências sociais e as ciências da informação, sobretudo porque o recolhimento, a organização e a difusão da informação fazem parte do processo evolutivo das ciências sociais e em particular da História, em que tais, impõe-se uma análise epistemológica com questões essenciais como:

e existência ou não de objetividade no estudo científico da informação; a inclusão do fenômeno informação no domínio dos ‘fenômenos imprecisos e conceitos vagos’ (freqüentes no campo das ciências humanas); a contextualização sistêmica da informação e a natureza das relações (multidisciplinares, interdisciplinares ou transdisciplinares?) que têm sido estabelecidas entre as principais disciplinas circunscritas ao chamado ‘tratamento’ da informação – a Biblioteconomia e a Arquivística -, as ciências sociais predominantes – a História, a Economia, a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política – e o Direito e a Ciência da Administração.⁵

Quando se fala de sistema de informação entende-se que sejam “procedimentos técnicos aplicados ao recolhimento, classificação, ordenação, transferência e difusão da informação geral e científica” bem como de “uma realidade mais ampla, que abarca o que fica montante, nas margens e por baixo de tais procedimentos, ou seja, a estrutura e os agentes que geram, manipulam e controlam a informação”. Com esse sentido abrangente – estrutura

orgânica e a função uso ou serviço – Arquivo é entendido como um sistema bidimensional. Nele se projeta a entidade produtora/receptora de informação e nele se condensa o tratamento técnico da informação (os tais procedimentos). Esse conceito bidimensional entra em conflito com o “conceito operatório de ‘fundo’, insuficiente para traduzir a complexidade das relações internas e das relações externas e incapazes de explicitar a raiz humana e social da informação”⁶. A convocação interdisciplinar da História, Sociologia e Economia, do Direito e da Administração pode enveredar para uma unidade concreta, em que Arquivos, Bibliotecas e Museus se interligam para serem chamados de sistema patrimonial complexo. O termo consegue reunir numa mesma instituição, um conjunto arquivístico de documentos produzidos/recebidos ao longo da sua atividade, uma coleção de livros e periódicos e outra de “bens imóveis” (o próprio prédio) e utilitários (computadores, máquinas). As três partes interligam-se num sistema (bidimensional – orgânico e funcional) enquanto a instituição estiver ativa. A noção de sistema é integradora e reúne os chamados Serviços de Arquivo, os Serviços de Documentação ou de Informação. Tem-se para os Museus os sistemas patrimoniais de ordem diversa – arqueológica, industrial, etnográfica, artística, etc – como testemunhos culturais. Os órgãos de comunicação, do jornal à televisão instauram-se como objetos polifacetados de estudo pluri, inter e transdisciplinar⁷. O que se constata na reflexão e produção científica é que a problemática dos arquivos tem sido discutida de forma integrada e a interface entre arquivologia e história se faz por meio do entendimento da memória social como princípio de articulação de idéias e que considera o fato, o objeto e a informação como vetores de apreensão de diferentes formas de percepção e conhecimento. Ulpiano Bezerra de Meneses diz: “enquanto processo subordinado à dinâmica social [a memória] desautoriza, seja a idéia de construção no passado, seja a função de almoxarifado desse passado. A elaboração da memória se dá no presente e para responder às solicitações do presente”⁸. Registra-se que na discussão da interface arquivologia/história a tarefa primordial continuará sendo a do tratamento da informação documental. Na disciplina de arquivística, arranjar e ordenar documentos públicos de valor histórico demonstra a capacidade de inserção dos órgãos de Estado e do retorno que ele deve dar para a sociedade, no formato de informação. O resultado disso é a otimização do custo/benefício que indica os bens culturais que devem ser preservados. As atribuições do poder público junto à sociedade e o papel da ciência da informação para a organização dos arquivos nos dias atuais situam as duas atividades no campo da segurança indicando aos agentes o grau de prioridade que pode ser dado na definição das políticas públicas. O poder da informação contido no documento público garante a ação do Estado e oferece a ele a oportunidade de atuar em conjunto com diferentes agentes sociais em outras esferas de poder. Enfim, o arranjo e a ordenação dos documentos das instituições públicas perderá espaço de atuação com a inacessibilidade à informação sobre os bens culturais. Uma das

formas de preservar a memória social é realizar a sua classificação e disponibilizar informações ao pesquisador por meio de instrumentos de pesquisa, como o guia, o inventário, o catálogo e o índice. Todo o produto de memória social deve estar minimamente acondicionado, de forma que, o acesso criado pelo arquivista deve ser igualmente oferecido ao pesquisador, no que diz respeito à localização eficaz, ágil e precisa. O principal usuário é o próprio órgão produtor, que organiza seu sistema de busca a partir do cruzamento das atividades fins com as atividades meio. Por isso torna-se de fundamental importância o conhecimento pelo arquivista, da história da instituição e a elaboração do guia. Os elementos informativos mais usados são: o número do documento, a data, o local de procedência, o nome do emissor ou do destinatário e o objeto ou tema específico do documento⁹. No entanto para os processos crimes outros elementos foram destacados. São oitenta e oito caixas (88) tipo arquivo, com um mil quinhentos e setenta e sete (1.577) processos. Disponibiliza-se para o pesquisador os tipos documentais de infração penal e os procedimentos administrativos do órgão produtor, tais como o interrogatório, a apresentação de provas, a audiência de ouvida de testemunhas, as alegações finais e a sentença proferida pelo juiz; se houve recurso para revisão da sentença e após, a decisão final. A aplicabilidade do catálogo foi testada no acompanhamento da execução de projetos de iniciação científica que analisaram as maiores incidências registradas pelo Judiciário da cidade e encontradas no acervo, que são o homicídio e o furto. As atividades foram executadas por docentes, estudantes, técnico-administrativos e comunidade externa, com o objetivo de colocar-se como mediador entre o acervo e o pesquisador; como facilitador para o acesso do pesquisador em geral aos processos crimes. Dentre variadas possibilidades, por exemplo, os pesquisadores podem analisar algumas práticas de controle social frequentemente encontradas na formação de uma sociedade do trabalho. Os acervos do poder judiciário fornecem elementos para o entendimento do direito, da cidadania e da história, naquilo que aproximam os estudos interdisciplinares da ciências humanas e sociais aplicadas. A descrição desse tipo de documento disponibiliza informações essenciais, o que resulta em otimização do tempo para a pesquisa. O tratamento posterior à descrição – a análise diplomática - informa sobre a espécie e o tipo de documento que tramita na área criminal esclarecendo os papéis do juiz e funcionários, dos advogados e das partes. O uso de metodologias descritivas, como a da diplomática ou tipologia documental, tem sido aplicada em grandes conjuntos documentais. Ela identifica o tipo documental segundo a atividade que o gerou e facilita o acesso à informação. Somente o arranjo tipológico, transparente quanto aos critérios empregados, permitiu a efetiva contextualização dos documentos, além de deixar claro os limites de seu uso. O pesquisador pode, deste modo, perceber o quadro completo do funcionamento da instituição. Ao invés de somente traçar detalhadamente todas as mudanças organizacionais ocorridas, o arquivista deve se

preocupar com as lentas modificações das atividades executadas. Enquanto as funções permanecem quase inalteradas, as espécies documentais sofrem mudanças devido às transformações tecnológicas e às novas demandas sociais. O encerramento deste projeto abrirá espaço para que seja iniciado procedimentos idênticos com os processos trabalhistas do TRT, 9ª Região de Curitiba. Constatou-se que existe no acervo número pequeno de Inquéritos realizados por Delegacia Policial de Mandaguari (até 1953) e de Maringá oferecendo quadro da situação da institucionalização do Judiciário da região. A atuação do órgão (e que consta no acervo) mostra o cotidiano da cidade e o histórico de como eram cometidos os crimes. Por ele se constata que a formação da cidade segue os mesmos padrões de outras. Por esse acervo é possível destacar e analisar a incidência dos crimes. A primeira conclusão de trabalho é de que, em Maringá são semelhantes as atitudes, os comportamentos, os usos de instrumentos de corte e tiro registrados nas cidades de Curitiba, Londrina, São Paulo. Constatou-se que muitos crimes envolvem trabalhadores e pessoas simples. Alguns ocorreram na intimidade das famílias, outros do local de trabalho ou do espaço público. Para melhor visibilidade observe-se a descrição de uma peça processual a partir da confecção da sua ficha. Cada uma delas compõe o catálogo.

ARQUIVO GERAL DO FÓRUM DA COMARCA DE MARINGÁ

DESCRIÇÃO DO TIPO DOCUMENTAL

1. LOCALIZAÇÃO: CAIXA Nº Nº DE ORDEM
2. IDENTIFICAÇÃO:
3. NATUREZA DA INFRAÇÃO:
4. AUTOR:
5. RÉU:
6. TIPO DA AÇÃO
 - Processo crime de ação penal pública incondicionada - denúncia
 - Processo crime de ação penal pública condicionada - denúncia
 - Processo crime de ação penal privada – queixa
7. INTERROGATÓRIO
 - Defesa prévia
 - Revelia
8. PROVAS
 - Testemunhais
 - Documentais
 - Periciais
9. AUDIÊNCIA DE OUVIDA DE TESTEMUNHAS
10. ALEGAÇÕES FINAIS
11. SENTENÇA

- Condenatória
- Absolutória
- Sem julgamento do mérito

12. RECURSO

- Réu preso
- Réu em liberdade

13. DECISÃO

- Condenatória Trânsito em julgado Vara de Execuções Penais
- Absolutória Trânsito em julgado

OBS:

.....

.....

.....

Ficha Preenchida porRevisada por

¹ SILVA, Armando Malheiro da et. al. *Arquivística; teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1999.

² Silva, 1999, p.26.

³ Silva, 1999, p.27

⁴ Silva, 1999, p. 31.

⁵ Silva, 1999, p.33

⁶ Silva, 1999, p.40

⁷ Silva, 1999, p.40-41

⁸ MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de – A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v.34:9-24. 1992.

⁹ Gonçalves, 1998